

Currículo contemporâneo: a proposta de ensino para cursos populares construída com apenados da Penitenciária Estadual do Rio Grande

Currículo contemporâneo: la propuesta de enseñanza para cursos populares construida con convictos de la Penitenciaría Estadual de Rio Grande

Contemporary curriculum: the teaching proposal for popular courses built with convicts from the State Prison of Rio Grande

Peterson Fernando Kepps da Silva¹

Lavínia Schwantes²

Resumo

O sistema prisional brasileiro é marcado mundialmente pela superlotação, falta de estrutura e presença de facções criminosas; além de um tratamento questionável com os detentos. A escolarização dos apenados no Brasil é baixa, principalmente, em homens com idades entre 18 e 34 anos. Neste contexto, o projeto intitulado Cultura da Paz, emerge como uma possibilidade de aproximar a educação dos sujeitos privados de liberdade. O mesmo é um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a partir do Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior (PAIETS). Os estudantes que integram o projeto Cultura da Paz são, exclusivamente, apenados do regime aberto e semiaberto da Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG). O presente trabalho se destina a discutir, por meio da apresentação de oficinas pedagógicas, uma proposta curricular contemporânea no que tange o currículo de cursos pré-universitários populares. Para tanto, apresentamos as oficinas pedagógicas desenvolvidas no projeto e discutimos a viabilidade de construção de um currículo que denominamos contemporâneo. Percebemos que as oficinas pedagógicas podem contribuir com a construção desta proposta curricular e possibilitar a criação de espaços menos rígidos e fixos e o dialogar com o interesse dos alunos. Assim como a construção de propostas reflexivas e que estimulem a posição dos estudantes, o trabalho docente executado de forma cooperativa e a consideração das peculiaridades dos sujeitos e seu cotidiano.

Palavras-Chave: Currículo; currículo contemporâneo; oficinas pedagógicas; pré-universitários populares; sujeitos privados de liberdade.

Resumen

El sistema penitenciario brasileño es marcado mundialmente por la superpoblación, falta de estructura y presencia de facciones criminales; aparte del trato cuestionable con los presos. La escolarización de los detenidos en Brasil es baja, principalmente en hombres con edades entre 18 y 34 años. En este contexto, el proyecto Cultura de la Paz, emerge como una posibilidad de aproximar la educación a los sujetos privados de libertad. El mismo es un proyecto de extensión desenvuelto por la Universidad Federal de Rio Grande (FURG), a partir del Programa de Auxilio al Ingreso a la Enseñanza Técnica y Superior (PAIETS). Los estudiantes que integran el proyecto Cultura de la Paz son, exclusivamente, presos de régimen abierto y semiabierto de la

¹ Mestre em Educação em Ciências; Universidade Federal do Rio Grande - FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; keppspeterson@gmail.com.

² Doutora em Educação em Ciências; Universidade Federal do Rio Grande - FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; laviniasch@gmail.com.

Penitenciária Estadual de Rio Grande (PERG). Este trabalho se destina a discutir, mediante a apresentação de oficinas pedagógicas, uma proposta curricular contemporânea em lo que se refiere el currículo de cursos preuniversitarios populares. Para ello, presentamos oficinas pedagógicas desenvueltas en proyecto y discutimos la viabilidad de la construcción de un currículo que denominamos contemporáneo. Notamos que las oficinas pedagógicas pueden contribuir con la construcción de esta propuesta curricular y posibilitar la creación de espacios menos rígidos y fijos, como dialogar con el interés de los alumnos, la construcción de propuestas reflexivas y que estimulen la posición de los estudiantes, el trabajo docente ejecutado de forma cooperativa y la consideración de las peculiaridades de los sujetos y su cotidiano.

Palabras claves: Currículo; currículo contemporâneo; preuniversitarios populares; sujetos privados de libertad; talleres pedagógicos.

Abstract

The Brazilian prison system is known worldwide by its overpopulation, lack of structure and presence of criminal factions; besides a questionable treatment towards the prisoners. Detainees' schooling in Brazil is low, mainly among man from 18 to 34 years old. Under these circumstances, the project named Peace Culture, rises as a possibility to approach education to the incarcerated people. This is an extension project developed by the Federal University of Rio Grande (Universidade Federal de Rio Grande – FURG), from the Assistance Program for Admission to Technical and Higher Education (Programa de Auxilio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior - PAIETS). Students that integrate the project Peace Culture, are exclusively prisoners in the open and semi-open regime of the State Prison of Rio Grande (PERG). The present work is destined to discuss through the presentation of pedagogical offices, a contemporary curricular proposal in terms of popular pre-university courses curriculum. Therefore, we present pedagogical offices developed in the project and we discuss the viability of constructing a curriculum designated contemporary. It was noticed that these pedagogical offices can help with the building of this curricular proposal and enable the creation of less rigid and fixed spaces and dialogue with the interest of students. It also encouraged the construction of reflexive proposals and which stimulate the position of students, the work of teachers performed cooperatively and the consideration of peculiarities of the subjects and their everyday.

Keywords: Curriculum; contemporary curriculum; pedagogical offices; popular pre-university; subjects deprived of liberty.

1. Introdução

O sistema prisional brasileiro é marcado mundialmente pela superlotação, falta de estrutura e presença de facções criminosas; além de um tratamento questionável com os detentos, baixo número de agentes penitenciários e funcionários pouco envolvidos com a ressocialização desta parte da população que, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2014), possui mais de 600 mil pessoas. O Brasil figura, em números absolutos, na quarta colocação entre os países do mundo com maior população prisional, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia. O país também está entre os que mais possuem presos provisórios; isto é, pessoas estão privadas de liberdade e ainda não foram julgadas – aproximadamente quatro entre dez detentos (DEPEN, 2014). Os dados sinalizam a situação caótica em que encontramos nosso sistema prisional. Um cenário, que de acordo com estes números e estimativas, tende a aumentar.

Com relação a escolarização dos apenados no Brasil, em um levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Educação, a maioria não concluiu o Ensino Fundamental – que pode ser traduzida, principalmente, em homens com idades entre 18 e 34 anos (BRASIL,

2012). Como pode ser percebido, o grau de escolaridade da população prisional no Brasil é baixo; estes números se mostram ainda menores se pensarmos, por exemplo, que 32% da população masculina não carcerária possui o Ensino Médio concluído e, da prisional, apenas 8%. Já o Rio Grande do Sul, estado que fazemos parte, possui os seguintes dados de escolaridade no seu sistema prisional:

Tabela 1 – Escolarização dos apenados no RS.

Grau de escolaridade	% no RS
Analfabeto	4%
Alfabetizado (sem cursos regulares)	6%
Ensino Fundamental incompleto	61%
Ensino Fundamental completo	12%
Ensino Médio incompleto	10%
Ensino Médio completo	6%
Ensino Superior incompleto	1%
Ensino Superior	0%
Ensino acima do Superior completo	0%

Fonte: DEPEN (2014)

Os números, dados, porcentagens e estimativas que esboçamos nestas linhas iniciais, precisam ser decodificados como pessoas, brasileiros que, majoritariamente, são jovens, negros e de baixa renda (DEPEN, 2014). Não buscando aqui a comoção ou a vitimização de indivíduos que, não raro, foram marginalizados pelo Estado e sociedade desde a infância; mas atentarmos que a baixa escolaridade está ligada às classes menos favorecidas financeiramente e, portanto, pode se aproximar mais facilmente da criminalidade. Sujeitos que, muitas vezes, vivenciam uma realidade com menos oportunidades de emprego, com menos acesso a elementos básicos, como alimentação e saneamento básico, e maior vulnerabilidade social. Certamente, a relação classe social e criminalidade não pode ser encarada de forma determinista; ou seja, indivíduos com baixa renda familiar estariam, necessariamente, ligados à criminalidade. No entanto, classe social, raça e criminalidade se entrelaçam nos dados do contexto prisional brasileiro.

Muito embora existam leis nacionais que asseguram o direito de todos os cidadãos à educação, as pessoas privadas de liberdade, de maneira geral, são pouco assistidas no Brasil. Entretanto, propostas de ensino, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscam se consolidar nestes espaços e vem ganhando, ao longo dos anos, maior visibilidade no que concerne a práticas educacionais voltadas para jovens e adultos privados de liberdade

(AGUIAR, 2009). Por isso, entendemos como importante refletirmos (enquanto sujeitos interessados nas pessoas) sobre a educação como uma, dentre muitas outras, ferramenta que pode possibilitar a construção de formas de vidas que se afastem das que hoje levam estes indivíduos. Medidas, ações e propostas podem ser desenvolvidas no campo educacional para estas pessoas. A partir desta prerrogativa e, neste contexto, que o projeto, intitulado Cultura da Paz, se estabelece e emerge como uma possibilidade de aproximar a educação, os saberes populares e o conhecimento científico dos sujeitos privados de liberdade.

O Cultura da Paz é um projeto que faz parte de um programa de inclusão social voltado para a comunidade carente, o qual oferece cursos em diversas partes da cidade do Rio Grande e em outros municípios situados no sul do Rio Grande do Sul. Estes cursos fazem parte dos projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a partir do Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior (PAIETS) – programa de inclusão social que agrupa cursos de apoio educacional popular para o ingresso nos ensinos superior e técnico, visando possibilitar à comunidade o estudo em uma instituição pública.

De todos os cursos do PAIETS desenvolvidos gratuitamente na cidade, o projeto Cultura da Paz é voltado, especificamente, para apenados do regime aberto e semiaberto da Penitenciária Estadual do Rio Grande (PERG). O curso se configura como um pré-universitário, que visa o ingresso destes estudantes na universidade através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o resgate da autoestima e contribuir em uma melhor atuação dos sujeitos na sociedade. Sobre isso, torna-se importante perceber os dados de escolarização dos apenados locados no estado do Rio Grande do Sul, apresentados anteriormente. A porcentagem de sujeitos com Ensino Superior, completo ou incompleto, é praticamente nula. Os números chegam, no máximo, a 1% no que se refere ao Ensino Superior incompleto, e se mostram inexistentes com relação à conclusão desta etapa de ensino.

Na contramão do que se tem feito pelo sistema carcerário no Brasil, o projeto se situa entre as propostas que visam contribuir com a ressocialização de sujeitos privados de liberdade por meio da educação. Neste sentido, destacamos a aproximação que temos com a diretoria e a assistência social da PERG, que viabilizam o acesso aos dados dos estudantes, bem como a liberação dos mesmos para aulas por meio de contato com o sistema judiciário. Sem a parceria e contato com estas instâncias o projeto não teria como acontecer.

O ensino, o conhecimento científico e os saberes populares se fundem na proposta curricular que se tenta desenvolver no projeto Cultura da Paz. São atividades e oficinas que

estão para além de conteúdos programáticos a serem transmitidos aos alunos. O trabalho curricular proposto alicerça-se no que estes sujeitos consideram como relevantes de ser discutido, aprendido ou problematizado. Explicamo-nos. São os estudantes que indicam muitos dos assuntos, temas e atividades que são elaborados para o curso; é a partir do que eles desejam e sentem necessidade de ampliar seus entendimentos que o trabalho é desenvolvido. Não estamos dizendo com isso que apenas os alunos decidem a proposta curricular do curso ou que os assuntos cobrados no ENEM não são desenvolvidos, mas, sim, que a relação estabelecida entre professores, coordenadores e estudantes é de mão dupla.

Com relação a sua forma organizacional, o projeto Cultura da Paz desenvolve aulas com assuntos/temas de nível médio, pois um dos objetivos do curso é o ingresso dos estudantes ao Ensino Superior. O curso é idealizado e coordenado por dois voluntários licenciados em Ciências Biológicas; as aulas são desenvolvidas por professores voluntários que estão na graduação dos seus respectivos cursos, cursos assemelhados ou professores formados. Já as áreas de atuação são: Linguagens e Códigos; Ciências Humanas; Ciências da Natureza; e Matemática.

Os voluntários são selecionados (pela coordenação do projeto) por meio de divulgação nas redes sociais e no site da FURG. Para participarem do processo de seleção, devem estar matriculados em um curso de graduação ou pós-graduação da respectiva universidade ou serem professores formados ou integrantes da comunidade. As aulas são desenvolvidas, de segunda a sexta-feira, no turno da noite nos espaços da FURG. Entendemos como pertinente desenvolver as aulas nos espaços da universidade para que a aproximação entre os alunos e este meio já possa, de certa maneira, ser vivenciada.

Como já expressamos anteriormente, os alunos do projeto Cultura da Paz são sujeitos privados de liberdade ligados a PERG; e estão em regime aberto ou semiaberto. O que significa dizer que os detentos comparecem no ambiente prisional apenas para dormir, isto de segunda a sexta-feira; e, aos finais de semana, permanecem durante todo o período do dia na penitenciária. Eles são liberados pelo sistema judiciário, então, apenas para trabalhar e/ou estudar. Além disso, as idades destes alunos estão entre 22 e 55 anos.

O projeto realiza espaços de lazer, que buscam tornar o ambiente de sala de aula em um lugar agradável, que fuja da rotina do presídio através do uso de jogos, filmes, debates e oficinas, assim como os temas abordados no ENEM. Além disso, considera a heterogeneidade do seu público, quais seus interesses, suas identidades, suas preocupações, necessidades, expectativas em relação às aulas, suas habilidades, suas vivências. Neste sentido, na proposta curricular do projeto, destacamos as oficinas pedagógicas.

A oficina pedagógica (ou oficina de ensino), de acordo com Vieira e Volquind (2002), pode ser entendida como uma proposta que cria condições para a vivência do estudante, a promoção da reflexão e a construção de conhecimentos; não somente um espaço ou uma prática cuja função é aprender fazendo. Os autores consideram que aspectos como “o pensar, o sentir, o intercâmbio de ideias, a problematização, o jogo, a investigação, a descoberta e a cooperação” (p. 12) são elementos que compõem as propostas das oficinas. Nesta perspectiva, o trabalho das oficinas desenvolvidas no projeto Cultura da Paz busca se utilizar destes aspectos para desenvolver propostas que tramem os interesses dos estudantes e propicie a troca e a construção de conhecimentos de forma mais dinamizada.

Outro ponto a ser colocado, é a forma colaborativa com que acontecem as oficinas. Para serem construídas, elas passam por etapas como: 1) emergem das inquietações dos estudantes; isto é, por meio das dúvidas, questionamentos e perguntas sobre determinado tema; 2) a partir do tema de interesse dos estudantes, há o contato com profissionais da área referente; ou seja, se as indagações perpassam o campo da saúde, indivíduos desta área serão convidados a desenvolverem uma oficina; 3) as inquietações dos estudantes são repassadas ao profissional da área. A mediação entre professor, coordenação e profissional da área específica é de extrema importância, tendo em vista que as oficinas são desenvolvidas a fim de contemplar as proposições dos estudantes. Além disso, as oficinas pedagógicas não possuem assuntos ou datas pré-definidas, pois as mesmas são solicitadas e construídas a partir dos interesses e necessidades dos estudantes ao longo do ano.

Utilizamos estas estratégias para a construção das oficinas pedagógicas no intuito de construir um trabalho específico, que atenda os principais questionamentos dos estudantes e possibilite um contato direto com os professores e, também, com profissionais de outras áreas. Acreditamos que este trabalho colaborativo potencialize as discussões e possa promover um processo que envolva os estudantes em diferentes áreas do conhecimento. Entendemos que as oficinas são mecanismos que visam estreitar as lacunas de acesso a informação, que estes sujeitos privados de liberdade, por vezes, tiveram cerceadas; visa trazer diferentes assuntos para arena da discussão e operar de modo que estes alunos exponham suas opiniões e posições.

Embora seja um curso que vise a retomada de conteúdos do Ensino Médio, o projeto curricular do curso Cultura da Paz se assenta em um currículo que Goodson (2008) chama de não prescritivo; isto é, não define o curso de estudos em ordem sistemática ou um instrumento que rege e define o procedimento das atividades e do trabalho docente. Entendemos que o currículo se constituiu como um conhecimento particular, historicamente formado e que

contribui no modo com que os sujeitos que entram em contato com ele dão significado ao mundo. Ou seja, o conhecimento organizado e as atividades desenvolvidas constituem formas de subjetivação social (POPKEWITZ, 2009). Entretanto, não buscamos privilegiar no projeto um determinado estilo de vida, de raciocínio e de saberes. Tanto os conhecimentos científicos quanto os saberes populares são valorizados, a expressão de ideias e posições dos estudantes é estimulada, assim como as diversas formas de ser e viver.

Diante do exposto até aqui, este artigo se destina a discutir, por meio da apresentação de oficinas pedagógicas, uma proposta curricular contemporânea no que tange o currículo de cursos pré-universitários populares.

2. Percursos metodológicos

O ponto de partida deste trabalho é a discussão da aplicação de oficinas pedagógicas no projeto Cultura da Paz; considerando estas atividades imbricadas na construção de um currículo contemporâneo, que pode contribuir com a socialização dos apenados fora do espaço da penitenciária.

Selecionamos cinco oficinas pedagógicas realizadas no projeto Cultura da Paz entre os anos de 2016 e 2017, que tiveram como temas: 1) saúde mental, trabalho e projeto de vida; 2) música e ritmos; 3) direito social; 4) saúde básica; 5) educação patrimonial e fotografia. As oficinas foram realizadas por profissionais das seguintes áreas: psicologia; música licenciatura; direito; enfermagem; e artes visuais, respectivamente.

Tomamos a sala de aula, mais especificamente as oficinas pedagógicas, como corpus de análise para a discussão de um currículo que intitulamos como contemporâneo; por isso, inicialmente, descrevemos as oficinas e, posteriormente, travamos uma discussão curricular embasada em autores como Goodson (2008) e Silva (2009). Ainda neste contexto, pensamos na relevância de tornar a sala de aula e as ações, trabalhos e/ou projetos desenvolvidos nestes espaços como lócus de pesquisa e estudo.

Nas próximas linhas, organizamos o trabalho de modo a apresentar, na primeira seção, as oficinas pedagógicas, bem como os procedimentos e metodologias adotadas para a realização das mesmas. Na segunda seção, detemo-nos a discutir uma proposta curricular contemporânea no que tange o currículo de cursos populares pré-universitários. Por último, nos encaminhamos para uma síntese da relevância deste projeto na ressocialização de sujeitos privados de liberdade e a importância do currículo contemporâneo.

3. As oficinas pedagógicas

Dentre as características das oficinas pedagógicas apontadas por Vieira e Volquind (2002), destacamos aquelas que temos percebido no desenvolver do projeto Cultura da Paz, a saber: a reflexão; o diálogo entre os sujeitos; a troca de experiência – que se estabelece a partir do relato particular dos estudantes, do espaço para aprender com dinamismo, de forma a compartilhar saberes; assim como o uso da exposição oral tanto pelo profissional que está conduzindo a oficina quanto pelo indivíduo que nela está presente e faz parte. Entendemos que os estudantes precisam integrar estas oficinas, não serem espectadores, mas atuarem nos trabalhos propostos, nas discussões e debates. Preocupamo-nos, também, com a compreensão daquilo que está sendo posto, por esse motivo, a linguagem utilizada pelos diferentes profissionais que já desenvolveram as oficinas são adaptadas a estudantes de conhecimento de nível médio, com idade adulta e vivências peculiares.

A relação teoria e prática, em se tratando de oficinas pedagógicas, muitas vezes, objetiva por a primeira em ação; no entanto, não necessariamente, buscamos a produção de um material nesse espaço-tempo em que a oficina é realizada. O que não minimiza suas potencialidades, já que os temas tratados são indicados pelos próprios estudantes e que, como veremos ao longo dos próximos parágrafos, possuem relação direta com as vivências, contextos e realidades desses sujeitos. Desta forma, entendemos que o não desenvolver de um material físico ao longo (ou ao final das oficinas) não significa que não construímos um produto ou que não temos uma produção efetiva, pois habilidades intelectuais como a reflexão, o questionamento, o compartilhamento de saberes e o respeito às ideias distintas são estimulados e promovidos.

Soma-se a estas habilidades intelectuais, a abertura de um espaço alternativo de aprendizagem, que amplia a relação que teremos com determinado tema; pois não somente a figura do professor estará a cargo de conduzir as discussões ou promovê-las, mas, sim, o profissional convidado se incumbem de abordar a temática partindo do seu campo de atuação e olhar. Todavia, em tempos de notório saber, torna-se pertinente pontuar que o papel do professor, isto é, profissional licenciado, não se vê substituído, inferiorizado ou descaracterizado nestas oficinas de ensino. A proposta se assenta, justamente, a partir de objetivos pedagógicos, orientadas por profissionais da educação que se aproximam de outros campos/áreas para, então, contemplar estes estudantes no que tange os seus interesses e anseios.

Há que se considerar que não temos a pretensão de salvar os apenados com o projeto, ou então com as oficinas desenvolvidas pelo mesmo. Entendemos que alguns rompimentos podem ser provocados na maneira como estes sujeitos privados de liberdade irão atuar no

meio social. O acesso a informação e ao conhecimento pode consubstanciar esta atuação; isto é, fortalecer o próprio entendimento destes sujeitos enquanto seres que integram o meio social e ocupam lugar nele. Além disso, como já destacamos, o projeto se coloca como uma possível ferramenta capaz de contribuir com a construção de identidades, apontando caminhos diferentes dos quais estes indivíduos trilharam.

Na busca por uma educação que faça sentido e seja significativa para os estudantes, apresentamos a atividade sobre saúde mental, trabalho e projeto de vida, desenvolvida por psicólogos e bolsistas do Centro Regional de Estudos, Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos (CENPRE), vinculado à FURG. Convidamos a equipe do CENPRE para fazer a oficina sobre dependência química devido à presença constante de conversas sobre drogas, assim como a existência de alunos dependentes químicos. Os estudantes relatam a proximidade que tiveram com as drogas, o contato com dependentes químicos e os efeitos sociais que isto provoca em suas vidas. Por esse motivo, a relação entre o projeto Cultura da Paz e o CENPRE foi estabelecida; a partir da necessidade dos estudantes em discutir assuntos como dependência química, drogas e planejamento de vida.

A oficina contou com a participação de todos os estudantes, alguns professores do projeto Cultura da Paz e os integrantes do CENPRE. A proposta de trabalho se deu em uma discussão inicial, na qual a psicóloga tratou sobre projetos de vidas e entregou um questionário com perguntas como: Quem eu sou? Quais são meus pontos fortes? Em que preciso melhorar? O que pode ameaçar meus planos? Como posso lidar com isso? Qual meu projeto de vida? Existem pessoas envolvidas no meu projeto de vida? Quem são elas? Como me vejo ao final deste ano? Como me vejo nos próximos cinco anos? Como me vejo nos próximos dez anos em diante? Quais são os meus sonhos e o que eles representam para mim?

Cada participante respondeu individualmente suas perguntas em uma folha e elas foram guardadas pelos próprios, com o objetivo de relerem, refletir e não deixar que seus sonhos sejam “perdidos” durante as suas trajetórias. Em seguida, foi proposta uma roda de conversa, onde foi explicado o que é o CENPRE, quem e quando procurá-los e como é feito o trabalho de prevenção e reabilitação dos dependentes químicos. A oficina não tinha o intuito que se fosse exposto o que cada um respondeu no seu questionário, porém, todos resolveram levar suas respostas para a conversa e expor suas expectativas para o futuro. Os estudantes demarcaram a vontade de ingressar em uma universidade, ter uma profissão ou até mesmo um negócio próprio, ou seja, serem empreendedores. Eles pontuaram que essa vontade surge devido a grande dificuldade de empregabilidade após o cumprimento da pena em um presídio.

O CENPRE se constitui como um centro que possui uma equipe multidisciplinar, que atua de forma integrada com a comunidade sobre os problemas concernentes às drogas. Neste contexto, a oficina voltou-se à formação de recursos humanos, à discussão da prevenção, problematização do tratamento, bem como das questões sobre projeto de vida descrito anteriormente. O espaço-tempo da oficina possibilitou a socialização de expectativas e permitiu uma maior interação entre os alunos, de maneira que eles puderam trocar experiências de forma integrada e compartilhada.

A oficina sobre música e ritmos surgiu pela constante batida (ou batucadas) dos estudantes nas mesas, sempre em ritmos musicais sincronizados e pelo relato de alguns estudantes sobre os seus interesses em bandas musicais. Nesta relação de construir trabalhos com temas próximos ao dos estudantes, convidamos um professor licenciado em música, atuante de uma escola pública da comunidade, a desenvolver este trabalho de cunho musical. O professor, sabendo das batidas e sons emitidos pelos alunos, construiu o trabalho. Já a dinâmica da proposta se deu em roda, em que cada estudante tinha que repetir um som. Por exemplo: o primeiro da roda fazia um som juntamente com um passo de dança, como duas batidas com o pé; o segundo reproduzia o som anterior e acrescentava mais um som, e assim por diante. Se não errassem, ao final, teríamos um som mais sincronizado e construído coletivamente.

Entendemos, assim como Zanatta (2011), que a música no espaço escolar tem a potencialidade de desenvolver nos alunos maior “sensibilidade, criatividade, senso crítico, ouvido musical, prazer em ouvir, expressão corporal, imaginação, memória, atenção, concentração, respeito ao próximo, autoestima” (p. 3); ou seja, são múltiplos os benefícios que podem ser proporcionados pela música. Além disso, a oficina buscou corroborar com o que os estudantes já faziam com relação ao som; isto é, utilizar as mãos, os pés, o corpo como instrumento para a criação da música. A percussão corporal tornou-se, assim, um recurso musical importante no sentido de apropriação dos sons de seus próprios corpos e recurso sonoro prazeroso. Lado outro, os estudantes demonstraram, por meio da participação e entusiasmo, que estavam motivados e envolvidos com a realização da oficina; além de relataram oralmente que a prática estava sendo prazerosa.

Ainda buscando atender o anseio e interesse dos estudantes, construímos uma oficina baseada nas indagações dos mesmos sobre questões jurídicas. Percebemos ao longo das aulas, fossem elas de Biologia, Matemática ou Química, que os alunos, frequentemente, voltavam-se a perguntas do campo do direito; isto é, indagavam sobre leis, direitos e deveres dos cidadãos e processos judiciais. Não tínhamos em nosso grupo nenhum profissional apto a responder ou

atender estas inquietações, mesmo de forma mais genérica, tendo em vista que as inquietações dos estudantes eram pontuais e específicas – o que requer um conhecimento mais balizado e consistente sobre tal questionamento. Além disso, não poderíamos promover ou aproveitar as aulas e as oficinas para uma possível assessoria jurídica, já que este é um trabalho de atendimento que deve ser mediado por advogados e contratados pelos sujeitos que sentirem necessidade; o que se desvincula, assim, de propostas pedagógicas e de ensino. Entretanto, entendemos que poderíamos desenvolver uma oficina que contemplasse algumas destas dúvidas e pudesse propiciar um espaço de discussão com um viés mais “social” do direito.

Com o intuito de elaborar um momento de discussão sobre estas questões envolvendo o direito, convidamos um profissional do campo, bacharel, para realizar mais uma oficina no projeto. Convidados, justamente, um bacharel em direito e não um advogado, para não influenciarmos em uma possível relação comercial e futuras consultorias entre o profissional convidado e os estudantes. Já a elaboração da oficina teve como ponto de partida as inquietações dos estudantes; para isso, solicitamos que eles escrevessem em um papel anonimamente o que estavam interessados no que tange às questões de leis e sistema judicial para, então, encaminharmos estas dúvidas para o profissional. Foi a partir destas indagações relatadas pelos alunos que a oficina foi construída.

As principais discussões entre os estudantes e o profissional convidado pairaram em torno do auxílio reclusão, o direito de apenados com relação à deficiência motora, bem como a saúde no sistema prisional e os portadores de HIV – já que alguns estudantes declararam ser soropositivos e expuseram suas posições enquanto sujeitos com sorologia positiva. São momentos como esses, que realçam a relevância social do trabalho proposto. Torna-se importante considerar os interesses diversos, as peculiaridades destes alunos e olhar para essas realidades não como aquilo que deveria ser, mas como aquilo que é. O que estamos querendo dizer é que as proposições e as considerações dos estudantes são orientadoras das oficinas desenvolvidas; é a ideia de não prescrever, definir e buscar sintetizar e construir uma única verdade, situação e realidade que rege os objetivos das oficinas propostas. Buscamos, então, a construção mais fidedigna de um espaço que seja inclusivo, aberto ao diálogo e a divergência de ideias.

Ainda neste contexto do campo do direito, uma oficina sobre reforma trabalhista foi desenvolvida. O mesmo profissional, em outro momento, desenvolveu a oficina envolvendo este tema. O direcionamento do trabalho foi para as principais mudanças que aconteceram na relação entre empregado e empregador. A reforma entrou em vigor no mês de novembro de 2017 e vem sendo tratada de forma polêmica entre a sociedade. Para além dos benefícios

(para os empregadores?) ou prejuízos (para os empregados?) que a reforma pode promover ao cidadão brasileiro, a oficina buscou apresentar como as leis trabalhistas eram aplicadas, quais direitos os trabalhadores brasileiros possuíam e como funcionarão as relações de trabalho após vigência desta nova lei. O espaço foi de discussão entre os alunos e o profissional convidado. Neste sentido, podemos observar um grande interesse por parte dos alunos, pois os mesmos questionaram as mudanças na lei e acrescentaram com suas experiências com relação ao trabalho e os direitos do trabalhador.

Cabe destacar que os estudantes já possuem vínculo empregatício, pois estão no regime aberto ou semiaberto do sistema prisional; por isso, trazer estas discussões pode corroborar com a ressocialização destes sujeitos. Neste sentido, entendemos que ressocializar tem como intenção possibilitar a integração dos apenados ao meio fora do sistema prisional; a fim de convierem com a sociedade de maneira mais parcimoniosa e harmônica.

Questões de saúde são fortemente sublinhadas pelos estudantes, tanto por muitos possuírem doenças crônicas quanto pela exposição direta com outros indivíduos que, por vezes, são acometidos por doenças contagiosas e dividem o mesmo espaço que estes sujeitos. Doenças como sífilis, leptospirose e hepatite fazem parte das indagações dos estudantes, juntamente com o processo de tratamento e o atendimento básico em uma unidade de saúde. Considerando este contexto e o município do Rio Grande, cidade na qual eles residem, uma profissional da saúde, enfermeira, desenvolveu a oficina voltada para temáticas como doenças mais prevalentes na cidade, prevenção e tratamento do HIV e sífilis e testes rápidos disponíveis na rede básica de saúde. Além disso, foram discutidas e problematizadas questões sobre diabetes do tipo I e II.

Estas discussões foram norteadas a partir da Educação em Saúde (ES), que se traduz a partir de um significado didático sem compromisso direto com a mudança de atitudes ou hábitos; mas, sim, de possibilitar aos estudantes a reflexão e, por meio desta, baseado em seus conhecimentos, os estudantes passam a decidir que atitudes e ações irão tomar (MOHR, 2002). Desta forma, a discussão sobre as mais variadas doenças não objetivou a mudança comportamental dos estudantes diante de uma situação problema, mas buscou tratar todos os assuntos discutidos de forma reflexiva. Além disso, os alunos, assim como nas outras oficinas, demonstraram interessados pelas discussões promovidas, expuseram suas opiniões, deram relatos sobre questões pessoais, questionaram e argumentaram.

Com relação a oficina pedagógica sobre patrimônio, é importante destacar, inicialmente, que o mesmo pode ser considerado como o conjunto de bens pertencente a uma pessoa; no entanto, essa noção, segundo Martins (2001), não pode se restringir apenas ao

conjunto de bens de uma comunidade ou população. Segundo o autor, patrimônio pode ser entendido como todas as coisas que são consideradas valiosas por uma pessoa. O que significa que cada um de nós tem um patrimônio: animal de estimação, roupas que gostamos, brinquedos que guardamos, telefones, coleções de canetas, selos de carta e muitas outras coisas. Desta forma, podemos perceber patrimônio como bens não limitados a joias, casas, carros ou materiais de valor econômico mais alto ou ainda histórico; mas como artefatos ou objetos que possuem significado, representatividade ou importância para os indivíduos. Além disso, a ideia desta temática para oficina surge pela relação mais próxima de um dos estudantes com a arte, pois ele atua, dentre outras profissões, como tatuador.

Neste contexto de proximidade e relação que temos com o patrimônio, a oficina sobre educação patrimonial e fotografia buscou discutir a teoria e produzir um material envolvendo estas questões. O trabalho se dividiu em duas partes; a primeira, com uma discussão reflexiva sobre o conceito e as aplicações de patrimônio material e imaterial. Os estudantes interagiram neste momento, questionaram questões como grafite, pixo e vandalismo; indagaram sobre as diferenças entre estas ações e se posicionaram frente a elas. Na segunda parte, a proposta metodológica consistiu de interferência em fotografias impressas, por meio de agulha e linhas. Alguns materiais foram disponibilizados aos estudantes, assim como apresentados artistas que trabalham com a metodologia de costura de interferências, no intuito de os estudantes se apropriarem da técnica e vivenciarem de maneira mais próxima este tipo de intervenção artística. Como pode ser percebido na imagem abaixo, as fotografias impressas receberam a intervenção dos estudantes, a partir de frases ou expressões que os mesmos registraram.

Figura 1 – Trabalho de um dos estudantes do projeto Cultura da Paz.



Fonte: Autores (2017)

Tomando as oficinas pedagógicas como instrumento de problematização do currículo contemporâneo, passamos, nas linhas que se seguem, para a discussão do mesmo.

3.1. Currículo contemporâneo

As oficinas detalhadas na seção anterior nos provocam a pensar em um currículo contemporâneo. Pensamos na construção deste currículo a partir de Silva (2009), Popkewitz (2009) e Goodson (2008). De maneira geral, estes autores traçam discussões curriculares que levam em consideração o sujeito; o poder de subjetivação do currículo sobre os mesmos; a construção de identidades; a seleção de saberes e conhecimentos que são legitimados por determinado currículo ou excluídos; e as suas influências no trabalho docente e no processo de escolarização. Enfim, são diferentes e diversas problematizações curriculares que cada um desses autores traz para a arena da discussão; e, neste espectro de possibilidades e diálogos, pensamos no currículo contemporâneo.

O currículo vem sendo compreendido (e até mesmo definido) de formas diferentes e a partir de perspectivas também distintas. Inicialmente, tínhamos uma visão conteudista; a saber, o currículo se limitava a estruturação de uma grade de conteúdos que regiam um curso (VEIGA-NETO, 2003). Com o passar do tempo, entre os séculos XVI e XX, o entendimento foi sendo ampliado e, nos dias atuais, questões curriculares constituíram um campo de estudos. Em concordância com esta visão ampliada de currículo e na sua relação com a formação de sujeitos é que a ideia de currículo contemporâneo se situa.

A despeito do currículo contemporâneo, entendemos que alguns aspectos precisam ser considerados para que haja a sua constituição. Atribuímos a este currículo características como: estratégias adaptativas; relação teoria e prática; valorização de habilidades intelectuais e múltiplas identidades; construção de espaço aberto a divergência, ideias e promoção de respeito; e socialização. Estas características fizeram parte das oficinas pedagógicas apresentadas neste artigo e sustentam a nossa ideia de um ensino que se parametrize a partir destas questões. Tanto a escola básica quanto cursos populares destinados ao ingresso de estudantes no Ensino Superior podem operar de modo que o ensino esteja arquitetado em propostas que levem em consideração, sobretudo, as peculiaridades dos sujeitos.

Traçar uma discussão sobre peculiaridades ou características dos sujeitos e local em que estão inseridos não é novidade no campo educacional. Estudiosos e pensadores da área já discutiam e ainda hoje discutem sobre isso; entretanto, temos propostas nacionais que visam construir um projeto de educação e de sociedade firmado numa base unitária com uma parte que, supostamente, seria diversificada. O que nos indica a necessidade de, ainda nos dias de

hoje, problematizarmos a ideia de uma base curricular e seus efeitos no processo de escolarização e no trabalho docente; assim como a supremacia das propostas totalizantes no cenário educacional em detrimento das singulares. Estamos querendo dizer que propostas curriculares como estas dificultam a movimentação de um currículo que contemple as especificidades de cada indivíduo e região, além de propiciar um processo de homogeneização das escolas, das culturas, das expressões, dos sujeitos.

Para além de uma discussão sobre bases nacionais, que fogem do escopo deste trabalho, colocamos as oficinas como uma forma de por em ação o currículo que denominamos como contemporâneo. As oficinas tiveram uma construção colaborativa entre professor, coordenadores do projeto Cultura da Paz e profissional convidado, levando sempre em consideração as proposições dos estudantes. As oficinas foram construídas e adaptadas a estes estudantes, privados de liberdade, que possuem Ensino Médio e um contexto de vida peculiar. Além disso, habilidades intelectuais, isto é, ações reflexivas, posições questionadoras e o compartilhar de ideias e saberes foram estimulados e promovidos.

4. Conclusões

Retomando as discussões realizadas, percebemos que as oficinas pedagógicas podem contribuir com a construção de um currículo que entendemos como contemporâneo. A criação de espaços menos rígidos e fixos; o dialogar com o interesse dos alunos; a tecitura de propostas reflexivas e que estimulem a posição dos estudantes; o trabalho docente executado de forma cooperativa; a consideração das peculiaridades dos sujeitos e seu cotidiano são elementos que configuram esta proposta de trabalho.

Além disso, é de suma importância refletir e atentar para a realidade prisional no Brasil, tendo em vista que a educação pode ser uma potente ferramenta na construção de uma sociedade menos desigual. No entanto, apesar dos desafios e dificuldades que pairam sobre o desenvolvimento deste tipo de proposta de ensino, destacamos a viabilidade da sua execução. Cabe, ainda, nos colocarmos na zona do indeterminado e pensarmos no currículo que construímos enquanto professores e professoras.

5. Agradecimentos

À idealizadora e coordenadora do projeto Cultura da Paz, Jéssica Rocha Senna, bem como ao coordenador do PAIETS, professor Vilmar Alves Pereira. Estendemos nossos agradecimentos à direção da PERG e a assistência social; e aos educadores do projeto que desempenham um trabalho sério e comprometido. Aos profissionais que realizaram as

oficinas pedagógicas agradecemos pelo apoio e parceria estabelecida. Agradecemos, também, ao professor e tradutor Alejandro Moliterno Vanerio.

Referências

- AGUIAR, A. Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade: perspectivas e desafios. *Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum. e Soc.* v. 1, n. 6, p. 101-121, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/953/725>. Acesso em: 08 out. 2017.
- BRASIL, Portal Brasil. 2012. Levantamento mostra escolaridade dos presidiários no País. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/levantamento-mostra-escolaridade-dos-presidiarios-no-pais>. Acesso em: 06 out. 2017.
- DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional. 2014. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.
- GOODSON, I. F. *As políticas de currículo e escolarização*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. 167 p.
- MARTINS, M. H. P. *Preservando o patrimônio & construindo a identidade*. São Paulo: Moderna, 2001.
- MORH, A. *A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências*. 2002. 409 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- POPKEWITZ, T. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, T. T. (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 173-210.
- SILVA, T. T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 154p.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Currículo e interdisciplinaridade*. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas: Papyrus, 2003. p. 59-102.
- VIEIRA, E. VOLQUIND, L. *Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como?* Porto Alegre: Edipucrs, 2002. 57p.
- ZANATTA, Z. *Sons do corpo: novas perspectivas de música na escola*. In: Fórum de Práticas de Ensino de Música, 2011, Maringá. Anais... Maringá, 2011.